

OAB contesta uso de lei dos estrangeiros para índio

BELÉM — O Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Pará, José Carlos Castro, acusou ontem o Procurador regional da República no Pará, Paulo Rúbio Meira, de incompetente por ter apresentado denúncia com base na lei de estrangeiros contra os índios Paulinho Paiakan e Kube-I Kayapó.

— Ele confunde indígena com alienígena — disse Castro.

O Procurador pediu o enquadramento dos dois índios e do antropólogo americano Darrel Addison Posey, que é pesquisador do Museu

Emílio Goeldi, no artigo 125 da Lei 6.815, que prevê prisão e expulsão do País para estrangeiros que se manifestem sobre política interna ou assuntos de interesse do Brasil.

Os três são acusados de, durante a realização do seminário Manejo Adequado de Florestas Tropicais, promovido pela International Association of Defense of Nature em Miami em janeiro deste ano, terem dito que, com a construção das hidrelétricas de Babaquara e Kararaó, no Rio Xingu, várias aldeias indígenas serão inundadas e uma grande parte

da floresta amazônica destruída, causando sérios danos ao equilíbrio ecológico da região.

Eles teriam repetido as denúncias a membros do Congresso e diretores do Banco Mundial, do Departamento de Estado e do Tesouro americanos.

Segundo o Procurador, eles "fizeram gestões para que tais entidades não fornecessem empréstimos para a construção das usinas".

José Carlos Castro disse que vai pedir o afastamento de Rúbio do cargo, se ele mantiver a denúncia, e que poderá fazer o mesmo com o Juiz indicado para o caso, se ele aceitá-la.